



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO
JEQUITINHONHA E MUCURI
DIAMANTINA – MINAS GERAIS
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO



DESPACHO Nº 102/2018 – CONSEPE

Assunto: Aprova “ad referendum” o projeto de Avaliação Nacional do Banco de Alimentos

Aprovo “ad referendum” do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFVJM, a criação do projeto de Avaliação Nacional do Banco de Alimentos, conforme solicitado pelo Memorando nº 381/PRPPG/2018, de 30 de agosto de 2018.

Diamantina, 30 de agosto de 2018.

Cláudio Eduardo Rodrigues
Vice-Presidente do CONSEPE

Aprovado ad referendum do CONSEPE o Projeto Avaliação Nacional do Banco de Alimentos.
Data, 30/08/2018



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO
JEQUITINHONHA E MUCURI
DIAMANTINA – MINAS GERAIS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Prof. Dr. Cláudio Eduardo Rodrigues
Vice Reitor / UFVJM
No Exercício da Reitoria



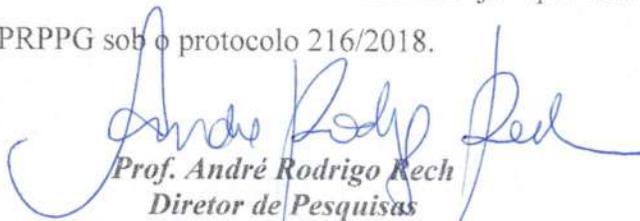
Memorando nº. 381/PRPPG/2018

Diamantina, 30 de agosto de 2018

À Sua Senhoria, o Senhor
Claudio Eduardo Rodrigues
Magnífico vice-Reitor da UFVJM

Assunto: resposta ao memorando 1227/2018/GAB e solicitação de urgência na tramitação do contrato TED 05/2018 (Processo 71000015574/2018-68)

Magnífico vice-Reitor tomamos ciência na data de hoje do teor do ofício 121/2018/MDS/SESAN/DEISP/CGEQP que orienta a utilização de recursos referentes aos TEDs do Ministério do Desenvolvimento Social. O ofício em epígrafe registra em seu item 3, alínea “i) *este termo poderá ser denunciado no caso de ocorrer alguma das hipóteses: atraso injustificado ou a paralisação da execução das atividades de execução do projeto, sem justa causa e prévia comunicação ao outro partícipe; não atendimento das determinações regulamentares deste termo; superveniência de norma legal que torne formal ou materialmente impraticável a execução do objeto; pela conveniência dos partícipes, de modo expresse.*” Dado que o TED foi publicado no Diário Oficial em 02 de julho, que o recurso encontra-se há um mês na UFVJM e que o plano de trabalho prevê início imediato das atividades **solicito caráter de urgência na tramitação.** A impossibilidade de determinar caráter de urgência na tramitação deve implicar na apresentação de justificativa ao Ministério do Desenvolvimento Social nos termos do ofício citado em epígrafe. Informamos que toda a documentação cujas providências estavam sob responsabilidade da PRPPG foram enviadas na data de hoje a PROAD – Diretoria de Logística a quem cabe análise final e remessa do processo a PGF para parecer. Por fim, **solicito a aprovação ad referendum** do CONSEPE do projeto: Avaliação Nacional do Banco de Alimentos já aprovado pela CPPG e registrado na DIRPE-PRPPG sob o protocolo 216/2018.


Prof. André Rodrigo Rech
Diretor de Pesquisas

André Rodrigo Rech
Diretor Pesquisas
Portaria nº. 1795 (DOU 29-06-2017)
DIRPE - PRPPG - UFVJM

Recebido
em 30/08/18


UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE PESQUISA
FACULDADE DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO

Projeto de Pesquisa
AVALIAÇÃO NACIONAL DE BANCOS DE ALIMENTOS

Proponente: Prof. Dr. Romero Alves Teixeira

Área de Conhecimento:

- Ciências Agrárias;
- Ciências Biológicas;
- Ciências da Saúde;
- Ciências Exatas e da Terra;
- Engenharias;
- Ciências Humanas;
- Ciências Sociais Aplicadas;
- Linguística, Letras e Artes.

Justificativa para a área de conhecimento:

O tema proposto na pesquisa se enquadra na linha de Segurança Alimentar e Nutricional, no campo da Ciência da Nutrição, que está incluído na grande área de conhecimento de Ciências da Saúde, visto que o campo da Segurança Alimentar e Nutricional envolve a formação do nutricionista em Nutrição Social, como está descrito nas diretrizes curriculares nacionais deste curso.

Diamantina, 01 março de 2018

1. Introdução	3
2. Objetivos	6
3. Justificativa	8
4. Metodologia	10
5. Informações sobre a equipe integrante do Projeto de Pesquisa	20
6. Cronograma de atividades	22
7. Fonte de recursos	24
8. Orçamento estimado	25
9. Referências bibliográficas	26
10. APÊNDICE A – Plano de Trabalho	28

1. INTRODUÇÃO

Perdas e desperdícios de alimentos configuram um agravamento do modelo de abastecimento e de comportamento alimentar das cidades contemporâneas e é um tema em ascensão, dada a magnitude e os impactos ambiental, financeiro e social que a degradação dos alimentos perdidos e desperdiçados gera.

Perdas de alimentos são decorrentes de procedimentos inadequados ou pouco eficientes que causam perdas ou danos aos produtos alimentícios nos processos de manipulação, transformação, estocagem, transporte e embalagem (GUSTAVSSON; CEDERBERG; SONESSON, 2011). Já o desperdício de alimentos refere-se à redução do volume de alimentos destinados exclusivamente à alimentação humana e que ocorre na etapa final da cadeia alimentar, ou seja, é um fenômeno associado à ineficiência do processo de distribuição (atacado e varejo) e de consumo e possui estreita relação com o consumo consciente dos alimentos (BELIK; CUNHA; COSTA, 2012).

Cerca de um terço dos alimentos produzidos para o consumo humano é perdido ou desperdiçado em todo o mundo, o que equivale, em média, a 1,3 bilhões de toneladas por ano, representando uma perda econômica anual de US\$ 940 bilhões, e uma emissão de 4,4 gigatoneladas de gases de efeito estufa por ano (FAO, 2014). Todos esses efeitos requerem uma parceria global com a participação ativa de todos, visando proteger o planeta da degradação, sobretudo por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão sustentável dos seus recursos naturais e tomando medidas urgentes sobre a mudança climática, para que ele possa suportar as necessidades das gerações presentes e futuras. Ainda, cabe à agenda global de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) acabar com a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em dignidade e igualdade, em um ambiente saudável (ONU, 2015). A Meta 12.3 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas estabelece que, até 2030, se reduza pela metade o desperdício de alimentos *per capita* mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e se reduza as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita (ONU, 2015).

No Brasil, diversas estratégias para redução e prevenção de perdas e desperdícios de alimentos, por meio da reintrodução dos alimentos na cadeia de abastecimento, foram implementadas nas últimas décadas, merecendo destaque, no escopo deste projeto, os Bancos de Alimentos.

Conforme definição dada pela Portaria nº 17, de 14 de abril de 2016, Bancos de Alimentos (BA) são estruturas físicas e/ou logísticas que ofertam o serviço de captação e/ou

recepção e distribuição gratuita de gêneros alimentícios oriundos de doações dos setores privados e/ou públicos e que são direcionados às instituições públicas ou privadas caracterizadas como prestadoras de serviço de assistência social, de proteção e defesa civil, unidades de ensino e de justiça, estabelecimentos de saúde e demais unidades de alimentação e nutrição (BRASIL, 2016). Os BA estão pautados no tripé Redução de perdas e desperdícios de alimentos – Segurança Alimentar e Nutricional – Educação Alimentar e Nutricional, atuando estrategicamente com a redução da fome e da insegurança alimentar e nutricional, por meio da complementação de refeições, com o abastecimento alimentar das localidades onde estão instalados, e com a realização de ações educativas. Atualmente, o país conta com 225 Bancos de Alimentos em funcionamento, sendo 102 públicos, 10 das Centrais de Abastecimento (Ceasas), 21 das organizações da sociedade civil (OSC) e 92 dos serviços sociais autônomos (SSA) (BRASIL, 2017). A figura 1 ilustra a distribuição dos Bancos de Alimentos no Brasil, especificando sua natureza – BA públicos, BA Ceasas, BA OSC e BA SSA.



FIGURA 1 – Distribuição dos Bancos de Alimentos em funcionamento no Brasil (2017).

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNAN), instituída pelo Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, define diretrizes para promoção da segurança alimentar e nutricional, bem como para assegurar o direito humano à alimentação adequada em todo território nacional. Contribuindo, portanto, com a diretriz de acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, estabelecida pela PNAN, os Bancos de Alimentos são importantes equipamentos de segurança alimentar e nutricional e de promoção do abastecimento de alimentos (BRASIL, 2010).

A Rede Brasileira de Bancos de Alimentos, pautada nos princípios da PNAN e do I Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, foi instituída pela Portaria nº 17, de 14 de abril de 2016, e é destinada ao fortalecimento e integração da atuação dos Bancos de Alimentos, com vistas a contribuir para a diminuição do desperdício de alimentos no Brasil e para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada. Orientada pelos princípios da cooperação, comunicabilidade, transparência e conduta ética, a Rede tem como objetivo, dentre outros, fomentar pesquisas relacionadas aos Bancos de Alimentos, e é nesta perspectiva que o presente projeto de pesquisa se apresenta (BRASIL, 2010; 2016).

2.1. Objetivo Geral

Avaliar os Bancos de Alimentos públicos, os instalados em Centrais de Abastecimento (Ceasas), os de iniciativa das organizações da sociedade civil e os de serviços sociais autônomos nas suas dimensões de estrutura, processo e resultado, bem como delinear e caracterizar os doadores parceiros e instituições sociais beneficiárias e suas relações com os equipamentos.

2.2. Objetivos Específicos

- Avaliar os Bancos de Alimentos em relação à dimensão estrutura, no que se refere à caracterização do município e do equipamento; instrumentos legais e organizacionais; processos/histórico de implantação e modernização; recursos humanos; estrutura física; estrutura operacional e; gestão do equipamento.
- Avaliar os Bancos de Alimentos em relação à dimensão processo, no que se refere aos processos de captação e perfil de doadores parceiros; perfil das instituições sociais beneficiárias; critérios para cadastro e para desligamento das entidades; regulamentos técnico-sanitários; sustentabilidade ambiental; dinâmica de operacionalização e doações (manipulação, armazenamento, distribuição); controle operacional; prestação de contas; articulação com outras políticas, programas, estratégias de segurança alimentar e nutricional e afins e; intersectorialidade;
- Avaliar os Bancos de Alimentos em relação à dimensão resultado, no que se refere à eficácia no combate às perdas e desperdícios de alimentos; ações de educação alimentar e nutricional; avaliação social e de segurança alimentar e nutricional dos beneficiários; satisfação dos beneficiários; custos para operacionalização;
- Reconhecer o perfil dos doadores parceiros dos Bancos de Alimentos, destacando os fatores que os motivam a doar para os BA; o fluxo, a logística e os processos de doação; as barreiras, dificuldades e oportunidades; a percepção quanto à ação do estado/governo em relação à estratégia de redução de perdas e desperdícios de alimentos e a operacionalização dos Bancos de Alimentos; a percepção quanto à participação na política pública de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional e de redução de perdas e desperdícios de alimentos;

- Reconhecer o perfil das instituições sociais beneficiárias dos Bancos de Alimentos, identificando a sua relação com os BA e a sua impressão sobre o atendimento de abastecimento alimentar complementar dos equipamentos na gestão e rotina de funcionamento;
- Propor recomendações de aprimoramento para os Bancos de Alimentos e para a rede de parceria e integração Parceiro doador – Bancos de Alimentos – Instituições sociais beneficiárias.

3. JUSTIFICATIVA

Informação e conhecimento, sistematizados de forma prática e operacional, quando atualizados no tempo e referidos nos domínios territoriais adequados constituem-se em insumos básicos para a tomada de decisão técnico-política em qualquer momento do ciclo de vida ou maturação de uma estratégia, política ou programa social. Dados, indicadores, estudos e pesquisas de campo são fundamentais no levantamento de evidências empíricas para a formulação de uma estratégia de superação ou mitigação de uma problemática social específica. São essenciais também no planejamento de um arranjo operativo que permita colocá-la em ação, na coordenação de um conjunto escolhido de agentes públicos, de instituições privadas ou do terceiro setor, no monitoramento das atividades planejadas, e, enfim, na avaliação dos resultados e esforços empreendidos (BRASIL, 2014).

Até o momento, auditorias, avaliações e estudos foram realizados visando avaliar a estratégia Banco de Alimentos com o intuito de verificar a atuação da gestão pública, a destacar-se a auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO) (2005) e os seus respectivos monitoramentos (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2006, 2008), a primeira avaliação do Programa Banco de Alimentos, com mapeamento e caracterização, realizada em 2006 (REDES, FAO, BRASIL, 2006), a avaliação dos processos de implantação e operacionalização dos BA conveniados com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) (BURLANDY et al., 2010) e a segunda avaliação do Programa Banco de Alimentos, avaliando implantação e gestão, de 2011 (FEC, DataUFF, FAO, BRASIL 2011).

Nesta perspectiva, passados sete anos da última avaliação, entende-se ser necessária uma pesquisa de avaliação nacional dos Bancos de Alimentos com vistas a fornecer elementos que contribuam para o aumento da responsabilização, eficiência, eficácia e efetividade dos Bancos de Alimentos. Para além disso, ressalta-se a necessidade de ampliar a avaliação para além dos Bancos de Alimentos públicos, incluindo na amostra da pesquisa equipamentos das Centrais de Abastecimento (Ceasas), das organizações da sociedade civil e dos serviços sociais autônomos, bem como parceiros doadores e instituições sociais beneficiárias dos Bancos. A expectativa desta pesquisa é fornecer sistematização e registro das informações fundamentais para a retroalimentação dos equipamentos, além de gerar subsídios necessários para a edição de publicações técnicas que visam promover o intercâmbio de conhecimento sobre a gestão dos Bancos de Alimentos e sua relação com os doadores parceiros e entidades assistenciais beneficiárias.

A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), por meio do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Nutrição e Saúde Pública (NUPENS), Linha de Pesquisa de Segurança Alimentar e Nutricional, vem desenvolvendo pesquisas na área de SAN, com destaque para a Pesquisa de Avaliação Tridimensional dos Bancos de Alimentos de Minas Gerais, que avaliou as dimensões de estrutura, processo e resultado dos 10 equipamentos públicos municipais do estado. Os objetivos específicos da Pesquisa foram: 1) Avaliar a estrutura dos Bancos de Alimentos, no que se refere aos recursos materiais, humanos e financeiros; 2) Avaliar os processos de articulação com parceiros, captação, processamento, armazenamento e distribuição de doações de gêneros alimentícios, atendimento dos beneficiários e educação alimentar e nutricional e; 3) Avaliar o resultado das atividades de combate ao desperdício, educação nutricional e social e custos das intervenções dos Bancos de Alimentos municipais de Minas Gerais (TENUTA, 2014). Para a realização das pesquisas, o NUPENS conta com uma equipe de pesquisadores com expertise na área de SAN, de políticas públicas, de perdas e desperdícios de alimentos e, especificamente de Bancos de Alimentos, se considerando um Grupo de Pesquisa apto para desenvolver uma pesquisa de avaliação nacional dos Bancos de Alimentos e de delineamento e caracterização de parceiros doadores e de instituições sociais beneficiárias.

Para a realização desta Avaliação Nacional de Bancos de Alimentos, o presente projeto propõe a execução de sete etapas metodológicas – Primeira etapa: Elaboração, apresentação e validação dos questionários eletrônicos exploratórios; Segunda etapa: Pesquisa de avaliação do universo nacional de Bancos de Alimentos em funcionamento; Terceira etapa: Pesquisa piloto de delineamento e caracterização de doador parceiro e de instituição social beneficiária do Banco de Alimentos SESC São Paulo; Quarta etapa: Elaboração, apresentação e validação dos questionários para coleta de dados *in loco* da amostra de Bancos de Alimentos; Quinta etapa: Pesquisa de avaliação *in loco* de amostra dos Bancos de Alimentos; Sexta etapa: Pesquisa de delineamento e caracterização de amostra aleatória de parceiros doadores dos Bancos de Alimentos; Sétima etapa: Pesquisa de delineamento e caracterização de amostra aleatória de instituições sociais beneficiárias dos Bancos de Alimentos. As etapas metodológicas estão apresentadas detalhadamente a seguir.

4.1. Detalhamento da metodologia

4.1.1. Primeira etapa: Elaboração, apresentação e validação dos questionários eletrônicos exploratórios

Esta etapa consistirá em elaborar, pela equipe que compõe a pesquisa, quatro versões de questionário eletrônico exploratório semi-estruturado, baseado na metodologia de Donabedian (1980), contendo os indicadores para avaliação, caracterização e tipificação das dimensões estrutura-processo (apresentados no quadro 1) dos Bancos de Alimentos, específicos para cada categoria de Banco de Alimentos – públicos, dos de Centrais de Abastecimentos (Ceasas), dos de organizações da sociedade civil e dos de serviços sociais autônomos. Posteriormente, os questionários serão apresentados aos representantes dos Bancos de Alimentos participantes do primeiro evento de 2018 da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos, que ocorrerá no segundo trimestre de 2018 (data a definir pelo MDS), de modo a elencar sugestões e contribuições aos documentos. Ainda, na ocasião do evento, serão sorteados 12 representantes de Bancos de Alimentos (três representantes de BA públicos, três representantes de BA de Ceasas, três representantes de BA de OSC e três representantes de BA de SSA) para que, voluntariamente, avaliem a validade e a confiabilidade do conteúdo

dos quatro questionários eletrônicos exploratórios, que serão aplicados na etapa dois desta pesquisa.

É importante registrar que os indicadores de avaliação utilizados neste momento da pesquisa serão explorados no sentido de quantificar, caracterizar e tipificar as características e informações levantadas sobre as dimensões estrutura e processo da amostra de Bancos de Alimentos.

QUADRO 1 – Abordagem multidimensional de Donabedian (1980) adaptada aos conceitos dos Bancos de Alimentos

Dimensão	Aplicação em serviços de saúde INDICADORES DE AVALIAÇÃO	Adaptação para Bancos de Alimentos INDICADORES DE AVALIAÇÃO
ESTRUTURA	características relativamente estáveis do provedor de serviços, tais como instrumentos, recursos, estruturas físicas e organizacionais	<ol style="list-style-type: none"> 1. caracterização do município e do equipamento; 2. instrumentos legais e organizacionais; 3. processos/histórico de implantação e modernização; 4. recursos humanos; 5. estrutura física; 6. estrutura operacional; 7. gestão do equipamento.
PROCESSO	atividades e procedimentos realizados pelos profissionais envolvidos no cuidado dos beneficiários	<ol style="list-style-type: none"> 1. captação e perfil de doadores parceiros; 2. perfil das entidades sócioassistenciais beneficiárias; 3. critérios para cadastro e para desligamento das entidades; 4. regulamentos técnico-sanitários; 5. sustentabilidade ambiental; 6. dinâmica de operacionalização e doações (manipulação, armazenamento, distribuição); 7. controle operacional; 8. prestação de contas; 9. articulação com outras políticas, programas, estratégias; 10. intersetorialidade.

Fonte: TENUTA, 2014.

4.1.2. Segunda etapa: Pesquisa de avaliação do universo nacional de Bancos de Alimentos em funcionamento

Esta fase da pesquisa será desenvolvida em sete etapas principais: 1) Levantamento com o Ministério do Desenvolvimento Social, por meio da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos, do quantitativo atualizado dos Bancos de Alimentos públicos, dos de Centrais de Abastecimentos (Ceasas), dos de organizações da sociedade civil e dos de serviços sociais autônomos, bem como dos seus endereços completos, seus contatos (telefones e e-mails) e representantes; 2) Elaboração do documento digital *Manual de Orientações da Pesquisa de Avaliação dos Bancos de Alimentos*, contendo os procedimentos para participação e forma de preenchimento do questionário eletrônico; 3) Envio do *Manual de Orientações da Pesquisa de Avaliação dos Bancos de Alimentos*, juntamente com o link de acesso à Pesquisa (questionário eletrônico), por correio eletrônico ao universo nacional de Bancos de Alimentos identificados até o momento de aplicação da pesquisa; 4) Contatos sistemáticos por e-mail e telefone com os Bancos de Alimentos participantes da pesquisa visando uma adesão de preenchimento razoável do questionário eletrônico; 5) Levantamento dos Relatórios Trimestrais de Atividades (RTA) – documentos de prestação de contas das atividades realizadas pelos BA públicos, preenchidos pelos próprios gestores/coordenadores dos equipamentos e enviados obrigatoriamente ao MDS, com frequência trimestral, desde sua implantação; 6) Análise das informações coletadas, sob a ótica de avaliar a estrutura e os processos de operacionalização dos Bancos de Alimentos respondentes da pesquisa; 7) Elaboração do Relatório Técnico contendo a sistematização dos resultados encontrados na segunda etapa da Pesquisa de Avaliação Nacional dos Bancos de Alimentos.

4.1.3. Terceira etapa: Pesquisa piloto de delineamento e caracterização de doador parceiro e de instituição social beneficiária do Banco de Alimentos SESC São Paulo

A terceira etapa desta pesquisa consistirá na elaboração de dois questionários semi-estruturados voltados para a coleta de dados para delineamento e caracterização de doador parceiro e de instituição social beneficiária dos Bancos de Alimentos. Também consistirá na realização de uma pesquisa piloto, no estado de São Paulo, com um doador parceiro do Banco de Alimentos SESC São Paulo e uma instituição social beneficiária cadastrada no referido equipamento, com o objetivo de determinar a confiabilidade e a validade dos questionários semi-estruturados anteriormente mencionados e que serão aplicados também nas etapas seis e sete desta pesquisa.

A indicação do parceiro doador e da instituição beneficiária será feita pelo representante do Banco de Alimentos SESC São Paulo, considerando os seguintes critérios:

- Critérios para indicação do doador parceiro: Ser doador parceiro permanente do Banco de Alimentos SESC (há, pelo menos, seis meses), podendo ser representante do setor de atacado, representante do setor de varejo ou representante do setor de “atacarejo” (que reúne atributos das duas formas de comercialização – atacado e varejo); Ter disponibilidade e interesse para participar da Pesquisa.
- Critérios para indicação da instituição beneficiária: Ser cadastrada no Banco de Alimentos SESC há, pelo menos, seis meses, com atendimento permanente pelo equipamento; Fornecer refeições prontas aos seus usuários, devendo ser duas ou mais por dia, sendo uma delas grande refeição; Ter disponibilidade e interesse para participar da Pesquisa.

A coleta de dados será realizada pela equipe do projeto, acompanhada pela equipe do Banco de Alimentos SESC São Paulo, e será executada *in loco* no momento de visitas ao doador parceiro e da instituição beneficiária do BA.

4.1.4. Quarta etapa: Elaboração, apresentação e validação dos questionários para coleta de dados *in loco* da amostra de Bancos de Alimentos

Esta etapa consistirá em elaborar, pela equipe que compõe a pesquisa, quatro versões de questionário semi-estruturado para coleta de dados *in loco* da amostra de Bancos de Alimentos, baseado na tríade de Donabedian (1980), contendo os indicadores para avaliação das dimensões estrutura-processo-resultado (apresentados no quadro 2) dos Bancos de Alimentos, específicos para cada categoria de Banco de Alimentos – públicos, das Centrais de Abastecimentos (Ceasas), das organizações da sociedade civil e dos serviços sociais autônomos. Posteriormente, os questionários serão apresentados aos representantes dos Bancos de Alimentos participantes em um evento da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos (data a definir pela Coordenação-Geral de Equipamentos Públicos do Ministério do Desenvolvimento Social) de modo a elencar sugestões e contribuições aos documentos. Ainda, na ocasião do evento, serão sorteados 12 representantes de Bancos de Alimentos (três representantes de BA públicos, três representantes de BA de Ceasas, três representantes de BA de OSC e três representantes de BA de SSA) para que, voluntariamente, avaliem a validade e a confiabilidade do conteúdo dos quatro questionários semi-estruturados, que serão aplicados na etapa cinco desta pesquisa.

É importante registrar que os indicadores de avaliação utilizados neste momento da pesquisa serão mais detalhadamente explorados no sentido de qualificar as características e

informações levantadas sobre as dimensões estrutura, processo e resultado da amostra de Bancos de Alimentos.

QUADRO 2 – Abordagem multidimensional de Donabedian (1980) adaptada aos conceitos dos Bancos de Alimentos

Dimensão	Aplicação em serviços de saúde INDICADORES DE AVALIAÇÃO	Adaptação para Bancos de Alimentos INDICADORES DE AVALIAÇÃO
ESTRUTURA	características relativamente estáveis do provedor de serviços, tais como instrumentos, recursos, estruturas físicas e organizacionais	<ol style="list-style-type: none"> 1. caracterização do município e do equipamento; 2. instrumentos legais e organizacionais; 3. processos/histórico de implantação e modernização; 4. recursos humanos; 5. estrutura física; 6. estrutura operacional; 7. gestão do equipamento.
PROCESSO	atividades e procedimentos realizados pelos profissionais envolvidos no cuidado dos beneficiários	<ol style="list-style-type: none"> 1. captação e perfil de doadores parceiros; 2. perfil das entidades sócioassistenciais beneficiárias; 3. critérios para cadastro e para desligamento das entidades; 4. regulamentos técnico-sanitários; 5. sustentabilidade ambiental; 6. dinâmica de operacionalização e doações (manipulação, armazenamento, distribuição); 7. controle operacional; 8. prestação de contas; 9. articulação com outras políticas, programas, estratégias; 10. intersetorialidade.
RESULTADO	mudanças verificadas no estado de saúde dos beneficiários, que possam ser imputadas à intervenção realizada	<ol style="list-style-type: none"> 1. eficácia no combate às perdas e desperdícios de alimentos; 2. ações de educação alimentar e nutricional; 3. avaliação social e de segurança alimentar e nutricional dos beneficiários; 4. satisfação dos beneficiários; 5. custos para operacionalização.

Fonte: TENUTA, 2014.

4.1.5. Quinta etapa: Pesquisa de avaliação *in loco* de amostra dos Bancos de Alimentos

A quinta etapa consistirá na avaliação *in loco* de amostra dos Bancos de Alimentos públicos, dos de Ceasas, dos de organização da sociedade civil e dos de serviços sociais autônomos. A definição da amostra intencional dos Bancos de Alimentos será desenhada a partir de critérios de exclusão e inclusão gerais que os equipamentos serão submetidos:

- Critérios de exclusão dos Bancos de Alimentos na amostra: Não ter participado da primeira etapa da pesquisa, ou seja, não estar entre os equipamentos mapeados e incluídos na primeira etapa da pesquisa e/ou que não tenha respondido o questionário eletrônico exploratório ou que não tenha respondido os contatos sistemáticos por e-mail e telefone; Informar no questionário eletrônico exploratório que não está em pleno funcionamento e operacionalização.
- Critérios de inclusão dos Bancos de Alimentos na amostra: Ter participado da primeira etapa da pesquisa, ou seja, que tenha recebido e respondido o questionário eletrônico exploratório ou ter respondido os contatos sistemáticos por e-mail e telefone; Informar no questionário eletrônico exploratório que está em pleno funcionamento e operacionalização.

Para além destes critérios gerais e prioritários de inclusão, critérios de categoria de Bancos de Alimentos e distribuição espacial/critérios regionais dos equipamentos também serão considerados para a composição da amostra intencional, respeitando a proporcionalidade dos BA no universo nacional de equipamentos mapeados inicialmente – BA públicos (45%), BA de Ceasas (5%), BA de OSC (10%), BA de SSA (40%). Dos Bancos de Alimentos que cumprirem estes critérios gerais e prioritários de inclusão, serão selecionados os equipamentos que atenderem à seguinte distribuição espacial, segundo categorias de BA (Fluxograma 1).

Universo Nacional de Bancos de Alimentos do Brasil 225 (100%)			
BA públicos 102 (45%)	BA de SSA 92 (40%)	BA de OSC 21 (10%)	BA de Ceasa 10 (5%)
Representação macrorregiões do Brasil	Representação macrorregiões do Brasil	Representação proporcional Rio Grande do Sul e São Paulo	Representação proporcional S. SE Acre - L no estado
NE, SE, S – amostra por conglomerado	Representação estadual		
N, CO – 1 por estado	Representação municipal (capital)		
	Representação municipal (interior)		
Estimativa de BA públicos da amostra 33 (45%)	Estimativa de BA de SSA da amostra 30 (40%)	Estimativa de BA de OSC da amostra 7 (10%)	Estimativa de BA de Ceasa da amostra 4 (5%)

FLUXOGRAMA 1 – Construção da amostra intencional de Bancos de Alimentos

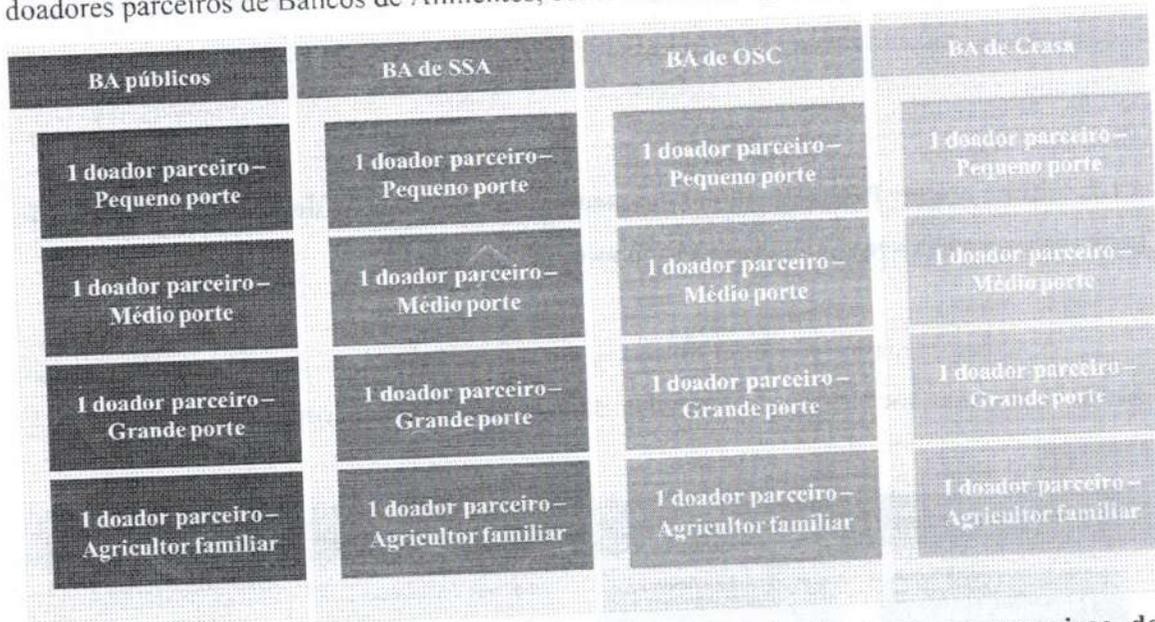
Cabe salientar que os quantitativos e proporções de Bancos de Alimentos apresentados no presente projeto de pesquisa estão baseados nas informações fornecidas pela Rede Brasileira de Bancos de Alimentos, no ano de 2017, podendo ser alterados na eventualidade de aumento ou diminuição do número de Bancos de Alimentos em funcionamento e mapeados no momento da realização da pesquisa.

Após a seleção da amostra intencional, será realizada a seleção/recrutamento dos entrevistados, ou seja, serão contatados os gestores de Segurança Alimentar e Nutricional dos municípios que sediam os equipamentos que compuserem a amostra, informando sobre a pesquisa, seus objetivos, a justificativa e a metodologia a ser utilizada. Após o contato, será solicitando aos gestores a autorização para que os Bancos de Alimentos sejam pesquisados e que os mesmos indiquem o gestor/coordenador e/ou responsável técnico pelo Banco de Alimentos para participar da pesquisa. Serão realizadas visitas aos Bancos de Alimentos da amostra intencional para aplicação *in loco* dos questionários semi-estruturados. Ainda, durante uma visita guiada nos Bancos de Alimentos da amostra será realizada a análise observacional para qualificação de questões específicas sobre a estrutura física dos equipamentos.

Ao fim desta etapa, será elaborado um Relatório Técnico contendo a sistematização dos resultados encontrados na quinta etapa da Pesquisa de Avaliação Nacional dos Bancos de Alimentos.

4.1.6. Sexta etapa: Pesquisa de delineamento e caracterização de amostra aleatória de parceiros doadores dos Bancos de Alimentos

A sexta etapa da pesquisa consistirá em avaliação *in loco* de amostra aleatória de 16 doadores parceiros de Bancos de Alimentos, conforme o fluxograma 2 apresenta.



FLUXOGRAMA 2 – Construção da amostra aleatória de doadores parceiros dos Bancos de Alimentos

A construção da amostra aleatória do parceiro doador será feita por sorteio – dentre todos os Bancos de Alimentos públicos que compuserem a amostra, será sorteado um BA para indicar um doador parceiro de pequeno porte, um doador parceiro de médio porte, um doador parceiro de grande porte e um doador parceiro agricultor familiar. Esta mesma metodologia será adotada para BA de Ceasas, BA de OSC e BA de SSA. Ao fim do sorteio, serão, portanto, 16 Bancos de Alimentos da amostra indicando um doador parceiro cada. Para indicação do doador parceiro, os representantes dos Bancos de Alimentos sorteados deverão considerar os seguintes critérios:

- Critérios para indicação do doador parceiro: Ser doador parceiro permanente do Banco de Alimentos (há, pelo menos, seis meses), podendo ser representante do setor de atacado, representante do setor de varejo ou representante do setor de “atacarejo” (que reúne

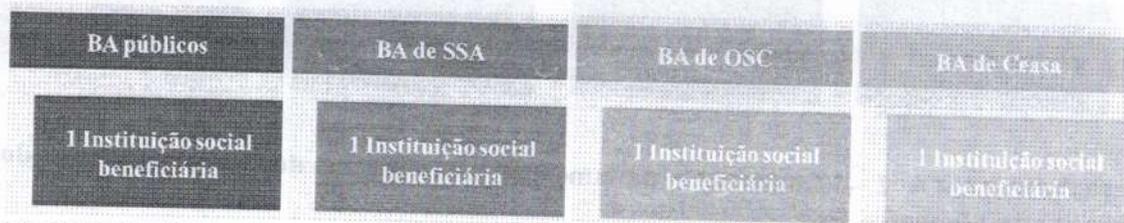
atributos das duas formas de comercialização – atacado e varejo); Ter disponibilidade e interesse para participar da Pesquisa.

Nesta etapa da pesquisa, espera-se reconhecer os doadores parceiros, destacando os fatores que os motivam a doar para os BA; o fluxo, a logística e os processos de doação; as barreiras, dificuldades e oportunidades; a percepção quanto à ação do estado/governo em relação à estratégia de redução de perdas e desperdícios de alimentos e a operacionalização dos Bancos de Alimentos; a percepção quanto à participação na política pública de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional e de redução de perdas e desperdícios de alimentos.

Ao fim desta etapa, será elaborado um Relatório Técnico contendo a sistematização dos resultados encontrados na sexta etapa da Pesquisa de Avaliação Nacional dos Bancos de Alimentos.

4.1.7. Sétima etapa: Pesquisa de delineamento e caracterização de amostra aleatória de instituições sociais beneficiárias dos Bancos de Alimentos

A sétima etapa da pesquisa consistirá em avaliação *in loco* de amostra aleatória de quatro instituições sociais beneficiárias dos Bancos de Alimentos, conforme o fluxograma 3 apresenta.



FLUXOGRAMA 3 – Construção da amostra aleatória de instituições sociais beneficiárias dos Bancos de Alimentos

A construção da amostra aleatória da instituição social beneficiária será feita por sorteio – dentre todos os Bancos de Alimentos públicos que compuserem a amostra, será sorteado um BA para indicar uma instituição social beneficiária. Esta mesma metodologia será adotada para BA de Ceasas, BA de OSC e BA de SSA. Ao fim do sorteio, serão, portanto, quatro Bancos de Alimentos da amostra indicando uma instituição social beneficiária cada. Para indicação da instituição social beneficiária, os representantes dos Bancos de Alimentos sorteados deverão considerar os seguintes critérios:

- Critérios para indicação da instituição beneficiária: Ser cadastrada no Banco de Alimentos há, pelo menos, seis meses, com atendimento permanente pelo equipamento; Fornecer

refeições prontas aos seus usuários, devendo ser duas ou mais por dia, sendo uma delas grande refeição; Ter disponibilidade e interesse para participar da Pesquisa.

Nesta etapa da pesquisa, espera-se reconhecer o perfil das instituições sociais beneficiárias dos Bancos de Alimentos, identificando a sua relação com os Bancos de Alimentos e a sua impressão sobre o atendimento de abastecimento alimentar complementar dos equipamentos na gestão e rotina de funcionamento.

Ao fim desta etapa, será elaborado um Relatório Técnico contendo a sistematização dos resultados encontrados na sétima etapa da Pesquisa de Avaliação Nacional dos Bancos de Alimentos.

4.2. Aspectos éticos

Conforme deliberado pelo Conselho Nacional de Saúde, em atenção à Resolução CNS 466/12, que trata das diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, o projeto será submetido à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

Os participantes da pesquisa, ao aceitarem participar voluntariamente, assinarão um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) a ser confeccionado e oferecido pelos pesquisadores.

5. INFORMAÇÕES SOBRE A EQUIPE INTEGRANTE DO PROJETO DE PESQUISA

5.1. Instituição executora

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

Rodovia MGT 367 – Km 583, nº 5000

Alto da Jacuba – Diamantina – Minas Gerais

CEP 39.100-000

Telefones: (38) 3532-1200 e (38) 3532-6800

5.2. Coordenador-pesquisador do Projeto

1) MsC. Natalia Tenuta Kuchenbecker do Amaral – <http://lattes.cnpq.br/6443769292778426>

Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Nutrição e Saúde Pública (NUPENS)

5.3. Coordenador-pesquisador do Projeto (Proponente)

1) Dr. Romero Alves Teixeira – <http://lattes.cnpq.br/5821421334890905>

Coordenador do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Nutrição e Saúde Pública (NUPENS)

Professor Adjunto do Departamento de Nutrição da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

5.4. Professores/Pesquisadores

1) Dra. Mariana de Souza Macedo - <http://lattes.cnpq.br/4370699625948381>

Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Nutrição e Saúde Pública (NUPENS)

5.5. Estudantes da Instituição proponente Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

1) Christiane Oliveira Freitas - <http://lattes.cnpq.br/0107755299397141>

Estudante do curso de Nutrição na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Nutrição e Saúde Pública (NUPENS)

2) Thaís Pereira Barros - <http://lattes.cnpq.br/8536053968349380>

Estudante do curso de Nutrição na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Nutrição e Saúde Pública (NUPENS)

O Núcleo de Pesquisas e Estudos em Nutrição e Saúde Pública (NUPENS) é certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), podendo ser consultado pelo endereço dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5251724804985437.

6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Inicialmente, serão dados encaminhamentos aos procedimentos para tramitação e registro do presente Projeto de Pesquisa no âmbito da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG/UFVJM), de acordo com a Instrução Normativa 001/2018 e a Resolução CONSU nº 12, de 23 de novembro de 2016, constituindo um processo administrativo que culminará com a celebração do Termo de Execução Descentralizada (TED) junto ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) para início da pesquisa.

6.1. Vigência da Pesquisa: 24 (vinte e quatro) meses – Abril/2018 a Março/2020.

As etapas de preparação da Pesquisa (PP*) se iniciaram em março/2018 de modo a viabilizar o início da Pesquisa em abril/2018, conforme apresentado no Plano de Trabalho (APÊNDICE A).

6.2. Cronograma de atividades

Atividades/Meses	PP*	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Revisão bibliográfica	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Discussão sobre a pesquisa e as ações	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Submissão à Plataforma Brasil para apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Celebração do Termo de Execução Descentralizada (TED)		X																							
Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)	X	X																							
Celebração do Contrato entre a UFVJM e a FUNARBE	X	X																							
Primeira etapa: Elaboração, apresentação e validação dos questionários eletrônicos exploratórios	X	X	X																						
Segunda etapa: Pesquisa de avaliação do universo nacional de Bancos de Alimentos em funcionamento				X	X	X	X																		
Análise parcial dos resultados								X	X	X	X														
Relatório Técnico sobre a segunda etapa da Pesquisa											X	X	X												

7. FONTE DE RECURSOS

O presente Projeto de Pesquisa é objeto de demanda da Coordenação-Geral de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social encaminhado, sem chamada pública, aos pesquisadores coordenadores em decorrência da expertise no tema, como apresentado no item Justificativa.

Desse modo, os recursos necessários para a execução da Pesquisa serão providos do orçamento do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), conforme demonstrado no quadro 1. Para tanto, o MDS celebrará com a UFVJM um Termo de Execução Descentralizada (TED) para a execução da Pesquisa, seguindo as normas vigentes para este tipo de cooperação. Para a gestão administrativa e financeira dos recursos, será realizado um contrato com a Fundação Arthur Bernardes (FUNARBE), inscrita no CNPJ 20.320.503/0001-51, a qual se trata de uma Fundação de Apoio à Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

QUADRO 1 – FONTE DE RECURSOS PARA A PESQUISA DE AVALIAÇÃO NACIONAL DE BANCOS DE ALIMENTOS

PARCEIRO	VALOR
Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)	RS 300.000,00
TOTAL	RS 300.000,00

8. ORÇAMENTO ESTIMADO

BOLSAS	Itens	Valor Estimado (R\$)	Detalhamento
(4)	Bolsa de Graduação - Iniciação Científica	19.200,00	Bolsas de Graduação - Iniciação Científica por 24 meses
(1)	Bolsa Desenvolvimento Tecnológico e Industrial - DTI	96.000,00	Bolsa Desenvolvimento Tecnológico e Industrial - DTI-A (*Profissional de nível superior com, no mínimo, 6 (seis) anos de efetiva experiência em atividades de pesquisa, desenvolvimento ou inovação) por 24 meses
TOTAL BOLSAS		115.200,00	
CUSTEIO			
	Itens	Valor Estimado (R\$)	Detalhamento
	Diárias	56.000,00	(175) Diárias para trabalhos de campo (Etapas 3, 5, 6 e 7 da pesquisa)
	Material de consumo	83.527,28	(100) Passagens para trabalhos de campo (Etapas 3, 5, 6 e 7 da pesquisa)
	Terceiros (pessoa jurídica)	3.000,00	Materiais de expediente
	Terceiros (pessoa jurídica)	10.000,00	Contratação de pessoa jurídica para serviços estatísticos
	Terceiros (pessoa jurídica)	27.272,72	Contratação de pessoa jurídica para gestão financeira da pesquisa
TOTAL CUSTEIO		179.800,00	
CAPITAL			
	Itens	Valor Estimado (R\$)	Detalhamento
	Equipamentos e Material permanente	5.000,00	(1) Máquina fotográfica semi profissional; (1) Tablet; (1) Notebook
TOTAL CAPITAL		5.000,00	
TOTAL GERAL		300.000,00	

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELIK, W. B.; CUNHA, A. R. A. A.; COSTA, L. A. Crise dos alimentos e estratégias para a redução do desperdício no contexto de uma política de segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Planejamento de Políticas Públicas*. 38:p. 107-33, 2012.

BURLANDY, L. et al. Avaliação do Programa Banco de Alimentos no Brasil. In: *Cadernos de Estudos: Desenvolvimento social em debate*. Rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição: resultados de avaliações. Brasília, DF: MDS; SAGI, n.14, 164 p, 2010.

BRASIL. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional –SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. *Diário Oficial (da República Federativa do Brasil)*, Brasília, DF, 26 ago. 2010.

BRASIL. Portaria nº 17, de 14 de abril de 2016. Institui a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos. Brasília, DF, *Diário Oficial da União* de 15 de abril de 2016.

DONABEDIAN, A. Basic approaches to assessment: structure, process and outcome. In: *Explorations in Quality Assessment and Monitoring* (A. Donabedian), vol. I, Ann Arbor, Michigan: Health Administration Press, 1980. p. 77-125.

GUSTAVSSON, J.; CEDERBERG, C.; SONESSON, U. *Global Food Losses and Food Waste*. Roma: FAO, 2011.

FAO. *Food Losses And Waste In The Context Of Sustainable Food Systems*. Committee on World Food Security. 2014.

FEC, DataUFF, FAO, BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Pesquisa de Avaliação do Programa Banco de alimentos*. Brasília, DF, abr. 2011. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/disseminacao/sumarios-executivos-depesquisas/2011/pesquisa-de-avaliacao-do-programa-banco-de-alimentos/pesquisa-deavaliacao-do-programa-banco-de-alimentos>>. Acesso em: 25 de jan. 2018.

ONU. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Organização das Nações Unidas. ONUBR. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 27 jan. 2018.

REDES, FAO, BRASIL. Pesquisa de Avaliação do Programa Bancos de Alimentos. Brasília, DF: SAGI; Rede Desenvolvimento, Ensino e Sociedade, 2006d. (Sumário Executivo).

TENUTA, Natalia. Análise tridimensional da situação dos Bancos de Alimentos de Minas Gerais, Brasil/ Natalia de Oliveira Tenuta. – Diamantina: UFVJM, 2014. 141 p. : il.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO). Relatório de avaliação de programa: Programa Banco de Alimentos. Ministro-Relator Ubiratan Aguiar. Brasília, DF: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 122 p., 2005.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO). Relatório de monitoramento de auditoria: Programa Banco de Alimentos. Ministro-Relator Ubiratan Aguiar. Brasília, DF: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 29 p., 2006.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO). Relatório de monitoramento: Programa Banco de Alimentos. Ministro-Relator Ubiratan Aguiar. Brasília, DF: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 46 p., 2008.

APÊNDICE A

PLANO DE TRABALHO

Título: Avaliação Nacional de Bancos de Alimentos.

Objeto: Este projeto tem como objetivo geral contribuir com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como fortalecer a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos, por meio da avaliação nacional dos Bancos de Alimentos públicos, dos instalados em Centrais de Abastecimento (Ceasas), dos de iniciativa das organizações da sociedade civil e dos de serviços sociais autônomos, bem como de parceiros e beneficiários dos Bancos, fornecendo sistematização e registro das informações fundamentais para a retroalimentação dos equipamentos, além de gerar subsídios necessários para a edição de publicações técnicas que visam promover o intercâmbio de conhecimento sobre a gestão dos Bancos de Alimentos e sua relação com os doadores parceiros e entidades assistenciais beneficiárias.

Responsáveis:

4 - Responsável pelo Órgão Repassador		5 - CPF	
Caio Tibério Dornelles da Rocha		228.546.570-04	
6 - Cargo/Função			
Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional			
7 - UG/Gestão Emitente da NC-Código		8 - UG/Gestão Emitente da NC - Nome	
550008/00001		SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SESAN)	
9 - Responsável pelo Órgão Recebedor		10 - CPF	
1. Gilciano Saraiva Nogueira (Representante Legal)		1. 006.584.236-73	
2. Romero Alves Teixeira (Coordenador do Projeto)		2. 616.404.686-68	
11 - Cargo/Função			
1. Reitor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri			
2. Docente do Departamento de Nutrição da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri			
12 - UG/Gestão Favorecida na NC -		13 - UG/Gestão Favorecida na NC - Nome	
153036		UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI (UFVJM)	

Justificativa:

Perdas e desperdícios de alimentos configuram um agravo do modelo de abastecimento e de comportamento alimentar das cidades contemporâneas e é um tema em ascendente discussão, dados a magnitude e os impactos ambiental, financeiro e social que a degradação dos alimentos perdidos e desperdiçados gera.

Perdas de alimentos são decorrentes de procedimentos inadequados ou pouco eficientes que causam perdas ou danos aos produtos alimentícios nos processos de manipulação, transformação, estocagem, transporte e embalagem (GUSTAVSSON; CEDERBERG; SONESSON, 2011). Já o desperdício de alimentos refere-se à redução do volume de alimentos destinados exclusivamente à alimentação humana e que ocorre na etapa final da cadeia alimentar, ou seja, é um fenômeno associado à ineficiência do processo de distribuição (atacado e varejo) e de consumo e possui estreita relação com o consumo consciente dos alimentos (BELIK; CUNHA; COSTA, 2012).

Cerca de um terço dos alimentos produzidos para o consumo humano é perdido ou desperdiçado em todo o mundo, o que equivale, em média, a 1,3 bilhões de toneladas

por ano, representando uma perda econômica anual de US\$ 940 bilhões, e uma emissão de 4,4 gigatoneladas de gases de efeito estufa por ano (FAO, 2014). Todos esses efeitos requerem uma parceria global com a participação ativa de todos, visando proteger o planeta da degradação, sobretudo por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão sustentável dos seus recursos naturais e tomando medidas urgentes sobre a mudança climática, para que ele possa suportar as necessidades das gerações presentes e futuras. Ainda, cabe à agenda global de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) acabar com a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em dignidade e igualdade, em um ambiente saudável (ONU, 2015). A Meta 12.3 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas estabelece que, até 2030, se reduza pela metade o desperdício de alimentos *per capita* mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e se reduza as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita (ONU, 2015).

No Brasil, diversas estratégias para redução e prevenção de perdas e desperdícios de alimentos, por meio da reintrodução dos alimentos na cadeia de abastecimento, foram implementadas nas últimas décadas, merecendo destaque, no escopo deste projeto, os Bancos de Alimentos.

Conforme definição dada pela Portaria nº 17, de 14 de abril de 2016, Bancos de Alimentos (BA) são estruturas físicas e/ou logísticas que ofertam o serviço de captação e/ou recepção e distribuição gratuita de gêneros alimentícios oriundos de doações dos setores privados e/ou públicos e que são direcionados às instituições públicas ou privadas caracterizadas como prestadoras de serviço de assistência social, de proteção e defesa civil, unidades de ensino e de justiça, estabelecimentos de saúde e demais unidades de alimentação e nutrição (BRASIL, 2016). Os BA estão pautados no tripé Redução de perdas e desperdícios de alimentos – Segurança Alimentar e Nutricional – Educação Alimentar e Nutricional, atuando estrategicamente com a redução da fome e da insegurança alimentar e nutricional, por meio da complementação de refeições, com o abastecimento alimentar das localidades onde estão instalados, e com a realização de ações educativas. Atualmente, o país conta com 225 Bancos de Alimentos em funcionamento, sendo 102 públicos, 10 das Centrais de Abastecimento (Ceasas), 21 das organizações da sociedade civil (OSC) e 92 dos serviços sociais autônomos (SSA) (BRASIL, 2017). A figura 1 ilustra a distribuição dos Bancos de Alimentos no Brasil, especificando sua natureza – BA públicos, BA Ceasas, BA OSC e BA SSA.

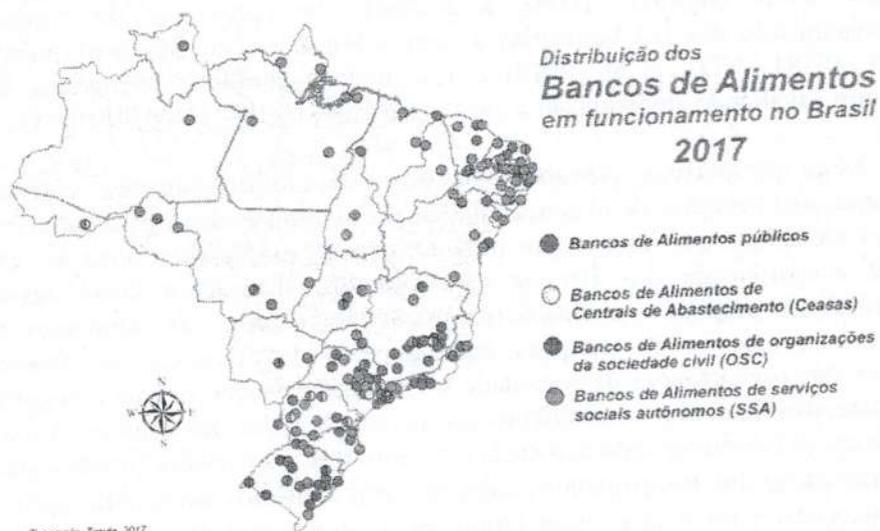


FIGURA 1 – Distribuição dos Bancos de Alimentos em funcionamento no Brasil (2017).

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNAN), instituída pelo Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, define diretrizes para promoção da segurança alimentar e nutricional, bem como para assegurar o direito humano à alimentação adequada em todo território nacional. Contribuindo, portanto, com a diretriz de acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, estabelecida pela PNAN, os Bancos de Alimentos são importantes equipamentos de segurança alimentar e nutricional e de promoção do abastecimento de alimentos (BRASIL, 2010).

A Rede Brasileira de Bancos de Alimentos, pautada nos princípios da PNAN e do I Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, foi instituída pela Portaria nº 17, de 14 de abril de 2016, e é destinada ao fortalecimento e integração da atuação dos Bancos de Alimentos, com vistas a contribuir para a diminuição do desperdício de alimentos no Brasil e para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada. Orientada pelos princípios da cooperação, comunicabilidade, transparência e conduta ética, a Rede tem como objetivo, dentre outros, fomentar pesquisas relacionadas aos Bancos de Alimentos, e é nesta perspectiva que o presente projeto de pesquisa se apresenta (BRASIL, 2010; 2016).

Informação e conhecimento, sistematizados de forma prática e operacional, quando atualizados no tempo e referidos nos domínios territoriais adequados constituem-se em insumos básicos para a tomada de decisão técnico-política em qualquer momento do ciclo de vida ou maturação de uma estratégia, política ou programa social. Dados, indicadores, estudos e pesquisas de campo são fundamentais no levantamento de evidências empíricas para a formulação de uma estratégia de superação ou mitigação de uma problemática social específica. São essenciais também no planejamento de um arranjo operativo que permita colocá-la em ação, na coordenação de um conjunto escolhido de agentes públicos, de instituições privadas ou do terceiro setor, no monitoramento das atividades planejadas, e, enfim, na avaliação dos resultados e esforços empreendidos (BRASIL, 2014).

Até o momento, auditorias, avaliações e estudos foram realizados visando avaliar a estratégia Banco de Alimentos com o intuito de verificar a atuação da gestão pública, a destacar-se a auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO) (2005) e os seus respectivos monitoramentos (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2006, 2008), a primeira avaliação do Programa Banco de Alimentos, com mapeamento e caracterização, realizada em 2006 (REDES, FAO, BRASIL, 2006), a avaliação dos processos de implantação e operacionalização dos BA conveniados com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) (BURLANDY et al., 2010) e a segunda avaliação do Programa Banco de Alimentos, avaliando implantação e gestão, de 2011 (FEC, DataUFF, FAO, BRASIL 2011).

Nesta perspectiva, passados sete anos da última avaliação, entende-se ser necessária uma pesquisa de avaliação nacional dos Bancos de Alimentos com vistas a fornecer elementos que contribuam para o aumento da responsabilização, eficiência, eficácia e efetividade dos Bancos de Alimentos. Para além disso, ressalta-se a necessidade de ampliar a avaliação para além dos Bancos de Alimentos públicos, incluindo na amostra da pesquisa equipamentos das Centrais de Abastecimento (Ceasas), das organizações da sociedade civil e dos serviços sociais autônomos, bem como parceiros doadores e instituições sociais beneficiárias dos Bancos. A expectativa desta pesquisa é fornecer sistematização e registro das informações fundamentais para a retroalimentação dos equipamentos, além de gerar subsídios necessários para a edição de publicações técnicas que visam promover o intercâmbio de conhecimento sobre a gestão dos Bancos de Alimentos e sua relação com os doadores parceiros e entidades assistenciais beneficiárias.

A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), por meio do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Nutrição e Saúde Pública (NUPENS), Linha de Pesquisa de Segurança Alimentar e Nutricional, vem desenvolvendo pesquisas na área de SAN, com destaque para a Pesquisa de Avaliação Tridimensional dos Bancos de Alimentos de Minas Gerais, que avaliou as dimensões de estrutura, processo e resultado dos 10 equipamentos públicos municipais do estado. Os objetivos específicos da Pesquisa foram: 1) Avaliar a estrutura dos Bancos de Alimentos, no que se refere aos recursos materiais, humanos e financeiros; 2) Avaliar os processos de articulação com parceiros, captação, processamento, armazenamento e distribuição de doações de gêneros alimentícios, atendimento dos beneficiários e educação alimentar e nutricional e; 3) Avaliar o resultado das atividades de combate ao desperdício, educação nutricional e social e custos das intervenções dos Bancos de Alimentos municipais de Minas Gerais (TENUTA, 2014). Para a realização das pesquisas, o NUPENS conta com uma equipe de pesquisadores com expertise na área de SAN, de políticas públicas, de perdas e desperdícios de alimentos e, especificamente de Bancos de Alimentos, se considerando um Grupo de Pesquisa apto para desenvolver uma pesquisa de avaliação nacional dos Bancos de Alimentos e de delineamento e caracterização de parceiros doadores e de instituições sociais beneficiárias.

Para a realização desta Pesquisa de Avaliação Nacional dos Bancos de Alimentos, propõe-se uma pesquisa de avaliação dos 225 Bancos de Alimentos em funcionamento no país, organizadas em sete etapas metodológicas – Primeira etapa: Elaboração, apresentação e validação dos questionários eletrônicos exploratórios; Segunda etapa: Pesquisa de avaliação do universo nacional de Bancos de Alimentos em funcionamento; Terceira etapa: Pesquisa piloto de delineamento e caracterização de doador parceiro e de instituição social beneficiária do Banco de Alimentos SESC São Paulo; Quarta etapa: Elaboração, apresentação e validação dos questionários para coleta de dados *in loco* da amostra de Bancos de Alimentos; Quinta etapa: Pesquisa de avaliação *in loco* de amostra dos Bancos de Alimentos; Sexta etapa: Pesquisa de delineamento e caracterização de amostra aleatória de parceiros doadores dos Bancos de Alimentos; Sétima etapa: Pesquisa de delineamento e caracterização de amostra aleatória de instituições sociais beneficiárias dos Bancos de Alimentos. A abordagem da avaliação será sistematizada em indicadores de estrutura-processo-resultado – baseada na metodologia de avaliação de qualidade em saúde desenvolvida por Avedis Donabedian (1980) – adaptados aos conceitos dos Bancos de Alimentos, como apresentado no quadro 1.

QUADRO 1 – Abordagem multidimensional de Donabedian adaptada aos conceitos dos Bancos de Alimentos

Dimensão	Aplicação em serviços de saúde INDICADORES DE AVALIAÇÃO	Adaptação para Bancos de Alimentos INDICADORES DE AVALIAÇÃO
ESTRUTURA	características relativamente estáveis do provedor de serviços, tais como instrumentos, recursos, estruturas físicas e organizacionais	8. caracterização do município e do equipamento; 9. instrumentos legais e organizacionais; 10. processos/histórico de implantação e modernização; 11. recursos humanos; 12. estrutura física; 13. estrutura operacional; 14. gestão do equipamento.

<p>PROCESSO</p>	<p>atividades e procedimentos realizados pelos profissionais envolvidos no cuidado dos beneficiários</p>	<ol style="list-style-type: none"> 11. captação e perfil de doadores parceiros; 12. perfil das entidades sócioassistenciais beneficiárias; 13. critérios para cadastro e para desligamento das entidades; 14. regulamentos técnico-sanitários; 15. sustentabilidade ambiental; 16. dinâmica de operacionalização e doações (manipulação, armazenamento, distribuição); 17. controle operacional; 18. prestação de contas; 19. articulação com outras políticas, programas, estratégias; 20. intersetorialidade.
<p>RESULTADO</p>	<p>mudanças verificadas no estado de saúde dos beneficiários, que possam ser imputadas à intervenção realizada</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. eficácia no combate às perdas e desperdícios de alimentos; 2. ações de educação alimentar e nutricional; 3. avaliação social e de segurança alimentar e nutricional dos beneficiários; 4. satisfação dos beneficiários; 5. custos para operacionalização.

Fonte: TENUTA, 2014.

Metas:

1. REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE AVALIAÇÃO DO UNIVERSO NACIONAL DOS BANCOS DE ALIMENTOS PÚBLICOS, DAS CENTRAIS DE ABASTECIMENTO (CEASAS), DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E DOS SERVIÇOS SOCIAIS AUTÔNOMOS

Esta meta será alcançada por meio do desenvolvimento de duas etapas principais:

1.1. Primeira etapa: Elaboração, apresentação e validação dos questionários eletrônicos exploratórios

A primeira etapa da meta 1 consistirá em elaborar, pela equipe que compõe a pesquisa, quatro versões de questionário eletrônico exploratório semi-estruturado, baseado na metodologia de Donabedian (1980), contendo os indicadores para avaliação, caracterização e tipificação das dimensões estrutura-processo (apresentados no quadro 1) dos Bancos de Alimentos, específicos para cada categoria de Banco de Alimentos – públicos, dos de Centrais de Abastecimentos (Ceasas), dos de organizações da sociedade civil e dos de serviços sociais autônomos. Posteriormente, os questionários serão apresentados aos representantes dos Bancos de Alimentos participantes do primeiro evento de 2018 da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos, que ocorrerá no dia 01 de março de 2018, de modo a elencar sugestões e contribuições aos documentos. Ainda, na ocasião do evento, serão sorteados 12 representantes de Bancos de Alimentos (três representantes de BA públicos, três representantes de BA de Ceasas, três representantes de BA de OSC e três representantes de BA de SSA) para que,

voluntariamente, avaliem a validade e a confiabilidade do conteúdo dos quatro questionários eletrônicos exploratórios, que serão aplicados na etapa dois da meta 1.

É importante registrar que os indicadores de avaliação utilizados neste momento da pesquisa serão explorados no sentido de quantificar, caracterizar e tipificar as características e informações levantadas sobre as dimensões estrutura e processo da amostra de Bancos de Alimentos.

QUADRO 1 – Abordagem multidimensional de Donabedian (1980) adaptada aos conceitos dos Bancos de Alimentos

Dimensão	Aplicação em serviços de saúde INDICADORES DE AVALIAÇÃO	Adaptação para Bancos de Alimentos INDICADORES DE AVALIAÇÃO
ESTRUTURA	características relativamente estáveis do provedor de serviços, tais como instrumentos, recursos, estruturas físicas e organizacionais	15. caracterização do município e do equipamento; 16. instrumentos legais e organizacionais; 17. processos/histórico de implantação e modernização; 18. recursos humanos; 19. estrutura física; 20. estrutura operacional; 21. gestão do equipamento.
PROCESSO	atividades e procedimentos realizados pelos profissionais envolvidos no cuidado dos beneficiários	21. captação e perfil de doadores parceiros; 22. perfil das entidades sócioassistenciais beneficiárias; 23. critérios para cadastro e para desligamento das entidades; 24. regulamentos técnico-sanitários; 25. sustentabilidade ambiental; 26. dinâmica de operacionalização e doações (manipulação, armazenamento, distribuição); 27. controle operacional; 28. prestação de contas; 29. articulação com outras políticas, programas, estratégias; 30. intersetorialidade.

Fonte: TENUTA, 2014.

1.2. Segunda etapa: Pesquisa de avaliação do universo nacional de Bancos de Alimentos em funcionamento

A segunda etapa da meta 1 será desenvolvida em sete fases principais: 1) Levantamento com o Ministério do Desenvolvimento Social, por meio da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos, do quantitativo atualizado dos Bancos de Alimentos públicos, dos de Centrais de Abastecimentos (Ceasas), dos de organizações da sociedade civil e dos de serviços sociais autônomos, bem como dos seus endereços completos, seus contatos (telefones e e-mails) e representantes; 2) Elaboração do documento digital *Manual de Orientações da Pesquisa de "Avaliação dos Bancos de*

Alimentos”, contendo os procedimentos para participação e forma de preenchimento do questionário eletrônico; 3) Envio do *Manual de Orientações da Pesquisa de “Avaliação dos Bancos de Alimentos”*, juntamente com o link de acesso à Pesquisa (questionário eletrônico), por correio eletrônico ao universo nacional de Bancos de Alimentos identificados até o momento de aplicação da pesquisa; 4) Contatos sistemáticos por e-mail e telefone com os Bancos de Alimentos participantes da pesquisa visando uma adesão de preenchimento razoável do questionário eletrônico; 5) Levantamento dos Relatórios Trimestrais de Atividades (RTA) – documentos de prestação de contas das atividades realizadas pelos BA públicos, preenchidos pelos próprios gestores/coordenadores dos equipamentos e enviados obrigatoriamente ao MDS, com frequência trimestral, desde sua implantação; 6) Análise das informações coletadas, sob a ótica de avaliar a estrutura e os processos de operacionalização dos Bancos de Alimentos respondentes da pesquisa; 7) Elaboração do Relatório Técnico contendo a sistematização dos resultados encontrados na segunda etapa da meta 1.

2. REALIZAÇÃO DE PESQUISA *IN LOCO* DE AVALIAÇÃO DE AMOSTRA DOS BANCOS DE ALIMENTOS, DE DOADORES PARCEIROS E DE INSTITUIÇÕES SOCIAIS BENEFICIÁRIAS

Esta meta será alcançada por meio do desenvolvimento de cinco etapas principais:

2.1. Primeira etapa: Pesquisa piloto de delineamento e caracterização de doador parceiro e de instituição social beneficiária do Banco de Alimentos SESC São Paulo

A primeira etapa da meta 2 consistirá na elaboração de dois questionários semi-estruturados voltados para a coleta de dados para delineamento e caracterização de doador parceiro e de instituição social beneficiária dos Bancos de Alimentos. Também consistirá na realização de uma pesquisa piloto, no estado de São Paulo, com um doador parceiro do Banco de Alimentos SESC São Paulo e uma instituição social beneficiária cadastrada no referido equipamento, com o objetivo de determinar a confiabilidade e a validade dos questionários semi-estruturados anteriormente mencionados e que serão aplicados também nas etapas seis e sete desta pesquisa.

A indicação do parceiro doador e da instituição beneficiária será feita pelo representante do Banco de Alimentos SESC São Paulo, considerando os seguintes critérios:

- Critérios para indicação do doador parceiro: Ser doador parceiro permanente do Banco de Alimentos SESC (há, pelo menos, seis meses), podendo ser representante do setor de atacado, representante do setor de varejo ou representante do setor de “atacarejo” (que reúne atributos das duas formas de comercialização – atacado e varejo); Ter disponibilidade e interesse para participar da Pesquisa.
- Critérios para indicação da instituição beneficiária: Ser cadastrada no Banco de Alimentos SESC há, pelo menos, seis meses, com atendimento permanente pelo equipamento; Fornecer refeições prontas aos seus usuários, devendo ser duas ou mais por dia, sendo uma delas grande refeição; Ter disponibilidade e interesse para participar da Pesquisa.

A coleta de dados será realizada pela equipe do projeto, acompanhada pela equipe do Banco de Alimentos SESC São Paulo, e será executada *in loco* no momento de visitas ao doador parceiro e da instituição beneficiária do BA.

2.2. Segunda etapa: Elaboração, apresentação e validação dos questionários para coleta de dados *in loco* da amostra de Bancos de Alimentos

A segunda etapa da meta 2 consistirá em elaborar, pela equipe que compõe a pesquisa, quatro versões de questionário semi-estruturado para coleta de dados *in loco* da amostra de Bancos de Alimentos, baseado na tríade de Donabedian (1980), contendo os indicadores para avaliação das dimensões estrutura-processo-resultado (apresentados no quadro 2) dos Bancos de Alimentos, específicos para cada categoria de Banco de Alimentos – públicos, das Centrais de Abastecimentos (Ceasas), das organizações da sociedade civil e dos serviços sociais autônomos. Posteriormente, os questionários serão apresentados aos representantes dos Bancos de Alimentos participantes em um evento da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos (data a definir pela Coordenação-Geral de Equipamentos Públicos do Ministério do Desenvolvimento Social) de modo a elencar sugestões e contribuições aos documentos. Ainda, na ocasião do evento, serão sorteados 12 representantes de Bancos de Alimentos (três representantes de BA públicos, três representantes de BA de Ceasas, três representantes de BA de OSC e três representantes de BA de SSA) para que, voluntariamente, avaliem a validade e a confiabilidade do conteúdo dos quatro questionários semi-estruturados, que serão aplicados na etapa três da meta 2.

É importante registrar que os indicadores de avaliação utilizados neste momento da pesquisa serão mais detalhadamente explorados no sentido de qualificar as características e informações levantadas sobre as dimensões estrutura, processo e resultado da amostra de Bancos de Alimentos.

QUADRO 2 – Abordagem multidimensional de Donabedian (1980) adaptada aos conceitos dos Bancos de Alimentos

Dimensão	Aplicação em serviços de saúde INDICADORES DE AVALIAÇÃO	Adaptação Bancos de Alimentos INDICADORES DE AVALIAÇÃO	para
ESTRUTURA	características relativamente estáveis do provedor de serviços, tais como instrumentos, recursos, estruturas físicas e organizacionais	8. caracterização do município e do equipamento; 9. instrumentos legais e organizacionais; 10. processos/histórico de implantação e modernização; 11. recursos humanos; 12. estrutura física; 13. estrutura operacional; 14. gestão do equipamento.	
PROCESSO	atividades e procedimentos realizados pelos profissionais envolvidos no cuidado dos beneficiários	11. captação e perfil de doadores parceiros; 12. perfil das entidades sócioassistenciais beneficiárias; 13. critérios para cadastro e para desligamento das entidades; 14. regulamentos técnico-sanitários; 15. sustentabilidade ambiental; 16. dinâmica de operacionalização e doações (manipulação, armazenamento, distribuição); 17. controle operacional;	

		18. prestação de contas; 19. articulação com outras políticas, programas, estratégias; 20. intersetorialidade.
RESULTADO	mudanças verificadas no estado de saúde dos beneficiários, que possam ser imputadas à intervenção realizada	6. eficácia no combate às perdas e desperdícios de alimentos; 7. ações de educação alimentar e nutricional; 8. avaliação social e de segurança alimentar e nutricional dos beneficiários; 9. satisfação dos beneficiários; 10. custos para operacionalização.

Fonte: TENUTA, 2014.

2.3. Terceira etapa: Pesquisa de avaliação *in loco* de amostra dos Bancos de Alimentos

A terceira etapa da meta 2 consistirá na avaliação *in loco* de amostra dos Bancos de Alimentos públicos, dos de Ceasas, dos de organização da sociedade civil e dos de serviços sociais autônomos. A definição da amostra intencional dos Bancos de Alimentos será desenhada a partir de critérios de exclusão e inclusão gerais que os equipamentos serão submetidos:

- Critérios de exclusão dos Bancos de Alimentos na amostra: Não ter participado da primeira etapa da pesquisa, ou seja, não estar entre os equipamentos mapeados e incluídos na primeira etapa da pesquisa e/ou que não tenha respondido o questionário eletrônico exploratório ou que não tenha respondido os contatos sistemáticos por e-mail e telefone; Informar no questionário eletrônico exploratório que não está em pleno funcionamento e operacionalização.
- Critérios de inclusão dos Bancos de Alimentos na amostra: Ter participado da primeira etapa da pesquisa, ou seja, que tenha recebido e respondido o questionário eletrônico exploratório ou ter respondido os contatos sistemáticos por e-mail e telefone; Informar no questionário eletrônico exploratório que está em pleno funcionamento e operacionalização.

Para além destes critérios gerais e prioritários de inclusão, critérios de categoria de Bancos de Alimentos e distribuição espacial/critérios regionais dos equipamentos também serão considerados para a composição da amostra intencional, respeitando a proporcionalidade dos BA no universo nacional de equipamentos mapeados inicialmente – BA públicos (45%), BA de Ceasas (5%), BA de OSC (10%), BA de SSA (40%). Dos Bancos de Alimentos que cumprirem estes critérios gerais e prioritários de inclusão, serão selecionados os equipamentos que atenderem à seguinte distribuição espacial, segundo categorias de BA (Fluxograma 1).

Cabe salientar que os quantitativos e proporções de Bancos de Alimentos apresentados no presente projeto de pesquisa estão baseados nas informações fornecidas pela Rede Brasileira de Bancos de Alimentos, no ano de 2017, podendo ser alterados na eventualidade de aumento ou diminuição do número de Bancos de Alimentos em funcionamento e mapeados no momento da realização da pesquisa.

do sorteio, serão, portanto, 16 Bancos de Alimentos da amostra indicando um doador parceiro cada. Para indicação do doador parceiro, os representantes dos Bancos de Alimentos sorteados deverão considerar os seguintes critérios:

- Critérios para indicação do doador parceiro: Ser doador parceiro permanente do Banco de Alimentos (há, pelo menos, seis meses), podendo ser representante do setor de atacado, representante do setor de varejo ou representante do setor de “atacarejo” (que reúne atributos das duas formas de comercialização – atacado e varejo); Ter disponibilidade e interesse para participar da Pesquisa.

BA públicos	BA de SSA	BA de OSC	BA de Coasa
1 doador parceiro – Pequeno porte			
1 doador parceiro – Médio porte			
1 doador parceiro – Grande porte			
1 doador parceiro – Agricultor familiar			

FLUXOGRAMA 2 – Construção da amostra aleatória de doadores parceiros dos Bancos de Alimentos

Nesta etapa da pesquisa, espera-se reconhecer os doadores parceiros, destacando os fatores que os motivam a doar para os BA; o fluxo, a logística e os processos de doação; as barreiras, dificuldades e oportunidades; a percepção quanto à ação do estado/governo em relação à estratégia de redução de perdas e desperdícios de alimentos e a operacionalização dos Bancos de Alimentos; a percepção quanto à participação na política pública de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional e de redução de perdas e desperdícios de alimentos.

Ao fim desta etapa, será elaborado um Relatório Técnico contendo a sistematização dos resultados encontrados na quarta etapa da meta 2 da Pesquisa de Avaliação Nacional dos Bancos de Alimentos.

2.5. Quinta etapa: Pesquisa de delineamento e caracterização de amostra aleatória de instituições sociais beneficiárias dos Bancos de Alimentos

A quinta etapa da meta 2 da pesquisa consistirá em avaliação *in loco* de amostra aleatória de quatro instituições sociais beneficiárias dos Bancos de Alimentos, conforme o fluxograma 3 apresenta.

Universo Nacional de Bancos de Alimentos do Brasil 225 (100%)			
BA públicos 102 (45%)	BA de SSA 92 (40%)	BA de OSC 21 (10%)	BA de Ceasa 10 (5%)
Representação macrorregiões do Brasil	Representação macrorregiões do Brasil	Representação proporcional Rio Grande do Sul e São Paulo	Representação proporcional S, SE, Acre - 1 no estado
NE, SE, S – amostra por conglomerado	Representação estadual		
N, CO – 1 por estado	Representação municipal (capital)		
	Representação municipal (interior)		
Estimativa de BA públicos da amostra 33 (45%)	Estimativa de BA de SSA da amostra 30 (40%)	Estimativa de BA de OSC da amostra 7 (10%)	Estimativa de BA de Ceasa da amostra 4 (5%)

FLUXOGRAMA 1 – Construção da amostra intencional de Bancos de Alimentos

Após a seleção da amostra intencional, será realizada a seleção/recrutamento dos entrevistados, ou seja, serão contatados os gestores de Segurança Alimentar e Nutricional dos municípios que sediam os equipamentos que compuserem a amostra, informando sobre a pesquisa, seus objetivos, a justificativa e a metodologia a ser utilizada. Após o contato, será solicitando aos gestores a autorização para que os Bancos de Alimentos sejam pesquisados e que os mesmos indiquem o gestor/coordenador e/ou responsável técnico pelo Banco de Alimentos para participar da pesquisa. Serão realizadas visitas aos Bancos de Alimentos da amostra intencional para aplicação *in loco* dos questionários semi-estruturados. Ainda, durante uma visita guiada nos Bancos de Alimentos da amostra será realizada a análise observacional para qualificação de questões específicas sobre a estrutura física dos equipamentos.

Ao fim desta etapa, será elaborado um Relatório Técnico contendo a sistematização dos resultados encontrados na terceira etapa da meta 2 da Pesquisa de Avaliação Nacional dos Bancos de Alimentos.

2.4. Quarta etapa: Pesquisa de delineamento e caracterização de amostra aleatória de parceiros doadores dos Bancos de Alimentos

A quarta etapa da meta 2 consistirá em avaliação *in loco* de amostra aleatória de 16 doadores parceiros de Bancos de Alimentos, conforme o fluxograma 2 apresenta.

A construção da amostra aleatória do parceiro doador será feita por sorteio – dentre todos os Bancos de Alimentos públicos que compuserem a amostra, será sorteado um BA para indicar um doador parceiro de pequeno porte, um doador parceiro de médio porte, um doador parceiro de grande porte e um doador parceiro agricultor familiar. Esta mesma metodologia será adotada para BA de Ceasas, BA de OSC e BA de SSA. Ao fim



FLUXOGRAMA 3 – Construção da amostra aleatória de instituições sociais beneficiárias dos Bancos de Alimentos

A construção da amostra aleatória da instituição social beneficiária será feita por sorteio – dentre todos os Bancos de Alimentos públicos que compuserem a amostra, será sorteado um BA para indicar uma instituição social beneficiária. Esta mesma metodologia será adotada para BA de Ceasas, BA de OSC e BA de SSA. Ao fim do sorteio, serão, portanto, quatro Bancos de Alimentos da amostra indicando uma instituição social beneficiária cada. Para indicação da instituição social beneficiária, os representantes dos Bancos de Alimentos sorteados deverão considerar os seguintes critérios:

- Critérios para indicação da instituição beneficiária: Ser cadastrada no Banco de Alimentos há, pelo menos, seis meses, com atendimento permanente pelo equipamento; Fornecer refeições prontas aos seus usuários, devendo ser duas ou mais por dia, sendo uma delas grande refeição; Ter disponibilidade e interesse para participar da Pesquisa.

Nesta etapa da pesquisa, espera-se reconhecer o perfil das instituições sociais beneficiárias dos Bancos de Alimentos, identificando a sua relação com os Bancos de Alimentos e a sua impressão sobre o atendimento de abastecimento alimentar complementar dos equipamentos na gestão e rotina de funcionamento.

Ao fim desta etapa, será elaborado um Relatório Técnico contendo a sistematização dos resultados encontrados na quinta etapa da meta 2 da Pesquisa de Avaliação Nacional dos Bancos de Alimentos.

Metas:

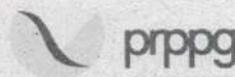
1. Realizar pesquisa de avaliação do universo nacional dos Bancos de Alimentos públicos, das Centrais de Abastecimento (Ceasas), das organizações da sociedade civil e dos serviços sociais autônomos;
2. Realizar Pesquisa *in loco* de avaliação de amostra dos Bancos de Alimentos, de doadores parceiros e de instituições sociais beneficiárias.

16-Meta	17-Etapa / Fase	18-Especificação	19-Indicador Físico		20-Duração		21-Valor
			Unidade de medida	Quantidade	Início	Término	
1		Meta 1 – Realizar pesquisa de avaliação do universo nacional dos Bancos de Alimentos públicos, das Centrais de Abastecimento (Ceasas), das organizações da sociedade civil e dos serviços sociais autônomos	Pesquisa	1	abr/18	mar/20	RS 100.872,72,00
1	1	Etapa 1.1 – Auxílio para desenvolvimento de estudos e pesquisas	Bolsas/meses	3 bolsistas por 12 meses	abr/18	abr/19	57.600,00
1	2	Etapa 1.2 – Aquisição de Material de Consumo	Aquisição de Material de Consumo	Diversos	abr/18	abr/19	1.000,00
1	3	Etapa 1.3 – Aquisição de Material Permanente	Aquisição de Material Permanente	Diversos	abr/18	abr/19	5.000,00
1	4	Etapa 1.4 – Contratação de Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica para gestão da Pesquisa**	PJ	1	abr/18	abr/19	27.272,72
1	5	Etapa 1.5 – Contratação de Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica para serviços estatísticos	PJ	1	abr/18	mar/20	10.000,00
2		Meta 2 – Realizar Pesquisa in loco de avaliação de amostra dos Bancos de Alimentos, de doadores parceiros e de instituições sociais beneficiárias	Pesquisa	1	jun/18	mar/20	RS 199.127,28
2	1	Etapa 2.1 – Auxílio para desenvolvimento de estudos e pesquisas	Bolsas/meses	3 bolsistas por 12 meses	abr/19	mar/20	57.600,00
2	2	Etapa 2.2 – Aquisição de Material de Consumo	Aquisição de Material de Consumo	Diversos	abr/19	mar/20	2.000,00
2	3	Etapa 2.3 – Diárias para mobilização	Diárias	175 Diárias	jun/18	mar/20	56.000,00
2	4	Etapa 2.4 – Passagens e locomoção	Deslocamentos	100 Passagens	jun/18	mar/20	83.527,28
TOTAL							RS300.000,00

**A gestão da Pesquisa envolve a contratação dos bolsistas e pesquisadores, aquisição de passagens e pagamento de diárias, aquisição de materiais de consumo e permanentes e suporte logístico necessários para o desenvolvimento da Pesquisa. Em função disso, a gestão administrativa e financeira dos recursos será feita pela Fundação Arthur Bernardes (FUNARBE), inscrita no CNPJ 20.320.503/0001-51, a qual se trata de uma Fundação de Apoio à Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E
MUCURI
DIAMANTINA – MINAS GERAIS

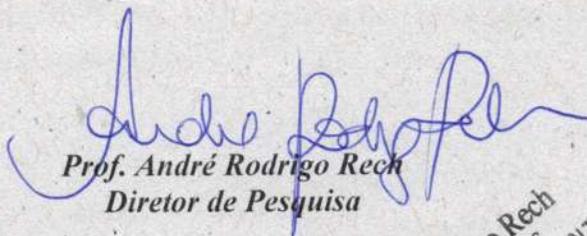


PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

DECLARAÇÃO

DECLARAMOS que o Projeto de Pesquisa intitulado “**AVALIAÇÃO NACIONAL DO BANCO DE ALIMENTOS**”, coordenado pelo Prof. Romero Alves Teixeira, encontra-se devidamente registrado nesta Pró-reitoria sob o nº 216/2018.

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, em 23 de agosto de 2018.


Prof. André Rodrigo Rech
Diretor de Pesquisa

André Rodrigo Rech
Diretor Pesquisas
Portaria nº 1795 (DOU 29/06/2017)
DIRPE - PRPPG - UFVJM



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
REITORIA



Memorando: 1227/2018/GAB

Diamantina, 30 de agosto de 2018.

A Sua Senhoria o Senhor.
André Rodrigo Rech
Diretor de Pesquisa/PRPPG/UFVJM

A Sua Senhoria o Senhor.
Romero Alves Teixeira
Docente do Curso de Nutrição/FCBS

A Sua Senhoria a Senhora
Natália Kuchenbecker
Pesquisadora

Assunto: Encaminha Ofício nº 121/2018/MDS/SESAN/DEISP/CGEQP.

Prezados Senhores,

De ordem do senhor Vice-Reitor, encaminhamos a V.S^{as}. o Ofício nº 121/2018/MDS/SESAN/DEISP/CGEQP, relativo ao Termo de Execução Descentralizada – Ref.: Processo nº 71000.015574/2018-68, para análise e providências.

Atenciosamente,

Fernando Borges Ramos
Chefe de Gabinete Reitoria/UFVJM

contrato, a descrição completa do objeto do contrato, o quantitativo médio de consultores, o custo total e a especificação dos serviços e o prazo de conclusão.

5. Finalmente, colocamos a equipe técnica deste Ministério à disposição para contribuições no que diz respeito à execução deste Termo de Execução Descentralizada - e esclarecer dúvidas que eventualmente surjam no decorrer do projeto. Segue contato da Coordenação-Geral de Equipamento Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional, telefone (61)2030-1140 e e-mail cgep@mds.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Chaves Gentil, Diretor(a) do Departamento de Estruturação e Integração de Sistemas Públicos Agroalimentares**, em 22/08/2018, às 15:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, inciso II, da Portaria nº 390/2015 do Ministério do Desenvolvimento Social.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://aplicacoes.mds.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2227465** e o código CRC **E931519D**.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
 Coordenação-Geral de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional
 Esplanada dos Ministérios Bloco C Sala 408 - Brasília/DF - CEP 70000-000
 Telefone: Site: - www.mds.gov.br

Ofício nº 121/2018/MDS/SESAN/DEISP/CGEQP

Brasília, 15 de agosto de 2018.

Ao Sr(a) GILCIANO SARAIVA NOGUEIRA
 Reitor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM.
 Reitoria - Campus JK - Rodovia MGT 367- km 583, nº 5000 - Alto da Jacuba
 Diamantina/MG 39100100

Encaminhar para a Diretoria de Pesquisa dos Cuidados do Diretor André Rech e para os Professores Romero Alves Tereza e Natalia Kuchembeker para análise e providência necessária.

Assunto: Termo de Execução Descentralizada nº 05/2018 entre este MDS e a UFVJM.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 71000.015574/2018-68.

*DE ORDEM, ENVIAR CÓPIA PARA A
 PLANO 2 A PLAN. EM: 29/8/2018*

*Dia, 29/08/2018
 Rodrigues*

1. Refiro-me ao Termo de Execução Descentralizada - TED nº 05/2018, firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Social, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) e a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, que visa contribuir com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como fortalecer a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos, por meio da avaliação nacional dos Bancos de Alimentos públicos, dos instalados em Centrais de Abastecimento (Ceasas), dos de iniciativa das organizações da sociedade civil e dos de serviços sociais autônomos, bem como de parceiros e beneficiários dos Bancos, fornecendo sistematização e registro das informações fundamentais para a retroalimentação dos equipamentos, além de gerar subsídios necessários para a edição de publicações técnicas que visam promover o intercâmbio de conhecimento sobre a gestão dos Bancos de Alimentos e sua relação com os doadores parceiros e entidades assistenciais beneficiárias.
2. No intuito de evitar possíveis problemas durante a execução do TED nº 05/2018, alertamos que as disposições do Decreto 6.170/2007 deverão ser adotadas na execução deste:

"Art. 12-A. A celebração de termo de execução descentralizada atenderá à execução da descrição da ação orçamentária prevista no programa de trabalho e poderá ter as seguintes finalidades: (Incluído pelo Decreto nº 8.180, de 2013)

I - execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco, em regime de mútua colaboração; (Incluído pelo Decreto nº 8.180, de 2013)

II - realização de atividades específicas pela unidade descentralizada em benefício da unidade descentralizadora dos recursos; (Incluído pelo Decreto nº 8.180, de 2013)

III - execução de ações que se encontram organizadas em sistema e que são coordenadas e supervisionadas por um órgão central; ou (Incluído pelo Decreto nº 8.180, de 2013)

IV - ressarcimento de despesas. (Incluído pelo Decreto nº 8.180, de 2013)

§ 1º A celebração de termo de execução descentralizada nas hipóteses dos incisos I a III do caput configura delegação de competência para a unidade descentralizada promover a execução de programas, atividades ou ações previstas no orçamento da unidade descentralizadora. (Incluído pelo Decreto nº 8.180, de 2013)

§ 2º Para os casos de ressarcimento de despesas entre órgãos ou entidades da administração pública federal, poderá ser dispensada a formalização de termo de execução descentralizada. (Incluído pelo Decreto nº 8.180, de 2013)

Art. 12-B. O termo de execução descentralizada observará o disposto no Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993, e sua aplicação poderá ser disciplinada suplementarmente pelo ato conjunto previsto no art. 18. (Incluído pelo Decreto nº 8.180, de 2013)"

Recebi 1ª via
 Em 29/08/18
CL

3. Ainda, faz-se extremamente necessário o conhecimento minucioso do **Termo de Execução Descentralizada** 1.
05/2018:

- a) promover a execução do objeto do Termo na forma e prazo estabelecidos;
- b) aplicar os recursos discriminados exclusivamente na consecução do objeto deste Termo;
- c) permitir e facilitar ao Órgão repassador o acesso a toda documentação, dependências e locais do projeto;
- d) observar e exigir, na prestação dos serviços, se couber, o cumprimento das normas específicas que regem o Programa da dotação orçamentária descentralizada;
- e) manter o Órgão repassador informado sobre quaisquer eventos que dificultem ou interrompam o curso normal da execução do Termo;
- f) devolver os saldos dos créditos orçamentários descentralizados e não empenhados, bem como os recursos financeiros não utilizados, conforme norma de encerramento do correspondente exercício ou o prazo estabelecido entre as partes;
- g) incluir na prestação de contas anual do seu órgão/unidade a execução dos créditos descentralizados a serem apresentadas aos Órgãos de Controle Interno e Externo, conforme normas vigentes;
- h) apresentar o Relatório de Cumprimento do Objeto pactuado até 60 dias após o prazo para cumprimento no objeto estabelecido no Termo;
- i) este termo poderá ser denunciado no caso de ocorrer alguma das seguintes hipóteses: atraso injustificado ou a paralisação da execução das atividades de execução do objeto, sem justa causa e prévia comunicação ao outro partícipe; não atendimento das determinações regulamentares deste Termo; superveniência de norma legal que o torne formal e materialmente impraticável a execução do objeto; pela conveniência dos partícipes, de modo expresso.
- j) Este Termo poderá ser revisado e alterado desde que cumpridos, no termo aditivo, os mesmos requisitos para a celebração do Termo.

4. Importante atentar também para as vedações previstas no art. 17 da Lei nº. 13.473, de 8 de agosto de 2017 (LDO 2018):

- a) Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com: I - início de construção, ampliação, reforma voluptuária, aquisição, novas locações ou arrendamentos de imóveis residenciais funcionais; II - aquisição, locação ou arrendamento de mobiliário e equipamento para unidades residenciais funcionais; III - aquisição de automóveis de representação; IV - ações de caráter sigiloso; V - ações que não sejam de competência da União, dos Estados ou dos Municípios, nos termos da Constituição; VI - clubes e associações de agentes públicos ou quaisquer outras entidades congêneres; VII - pagamento, a qualquer título, a agente público da ativa por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, à conta de quaisquer fontes de recursos; VIII - compra de títulos públicos por parte de entidades da administração pública federal indireta; IX - pagamento de diárias e passagens a agente público da ativa por intermédio de convênios ou instrumentos congêneres firmados com entidades de direito privado ou com órgãos ou entidades de direito público; X - concessão, ainda que indireta, de qualquer benefício, vantagem ou parcela de natureza indenizatória a agentes públicos com a finalidade de atender despesas relacionadas a moradia, hospedagem, transporte ou atendimento de despesas com finalidade similar, seja sob a forma de auxílio, ajuda de custo ou qualquer outra denominação; XI - pagamento, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, do órgão celebrante, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados; XII - transferência de recursos a entidades privadas destinados à realização de eventos, no âmbito dos Ministérios do Turismo e da Cultura; XIII - pagamento de diária, para deslocamento no território nacional, em valor superior a R\$ 700,00 (setecentos reais), incluído nesse valor o montante pago a título de despesa de deslocamento ao local de trabalho ou de hospedagem e vice-versa; XIV - concessão de ajuda de custo para moradia ou de auxílio-moradia e auxílio-alimentação, ou qualquer outra espécie de benefício ou auxílio, sem previsão em lei específica e com efeitos financeiros retroativos ao mês anterior ao da protocolização do pedido; e XV - aquisição de passagens aéreas em desacordo com o disposto no § 7º.
- b) Desde que o gasto seja discriminado em categoria de programação específica ou comprovada a necessidade de execução da despesa, excluem-se das vedações previstas: no inciso VII do caput, o pagamento pela prestação de serviços técnicos profissionais especializados por tempo determinado, quando os contratados estiverem submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas, desde que: esteja previsto em legislação específica; ou refira-se à realização de pesquisas e estudos de excelência: com recursos repassados às organizações sociais, nos termos dos contratos de gestão; ou realizados por professores universitários na situação prevista na alínea "b" do inciso XVI do caput do art. 37 da Constituição, desde que os projetos de pesquisas e os estudos tenham sido devidamente aprovados pelo dirigente máximo do órgão ou da entidade ao qual esteja vinculado o professor; no inciso IX do caput, o pagamento a militares, servidores e empregados: a) pertencentes ao quadro de pessoal do convenente; b) pertencentes ao quadro de pessoal da administração pública federal, vinculado ao objeto de convênio, quando o órgão for destinatário de repasse financeiro oriundo de outros entes federativos; ou em atividades de pesquisa científica e tecnológica; e no inciso X do caput, quando: houver lei que discrimine o valor ou o critério para sua apuração; em estrita necessidade de serviço, devidamente justificada; e de natureza temporária, caracterizada pelo exercício de mandato ou pelo desempenho de ação específica.
- c) A contratação de serviços de consultoria, inclusive aquela realizada no âmbito de acordos de cooperação técnica com organismos e entidades internacionais, somente será autorizada para execução de atividades que, comprovadamente, não possam ser desempenhadas por servidores ou empregados da administração pública federal, no âmbito do órgão ou da entidade, publicando-se, no Diário Oficial da União, além do extrato do contrato, a justificativa e a autorização da contratação, da qual constarão, necessariamente, a identificação do responsável pela execução do